

Conhecimento e valoração de conceitos bioéticos entre adolescentes

Alexandre Faraco de Oliveira¹, Evelise Faraco de Oliveira², Ivone Duarte¹, Rui Nunes¹

1. Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Porto/Portugal. 2. Universidade do Planalto Catarinense, Lages/SC, Brasil.

Resumo

Este artigo tem por objetivo identificar o conhecimento e a valorização dada por estudantes do ensino fundamental a conceitos bioéticos, como autonomia, justiça, respeito à vida humana, entre outros. Trata-se de estudo qualitativo com análise de conteúdo de dados coletados em discussões sobre a temática bioética com base em uma situação-problema comum a esses estudantes: gravidez na adolescência e aborto. Participaram da pesquisa 36 estudantes com idade entre 14 e 16 anos, 20 homens e 16 mulheres, de duas escolas. Os códigos identificados foram comuns aos dois grupos, sendo o tema principal “Realizar um aborto é certo ou errado?”. Também foram identificadas cinco categorias e 14 subcategorias. O conhecimento a respeito de conceitos bioéticos aplicados à prática foi limitado, e a utilização de princípios bioéticos como autonomia e beneficência tende a ser desconsiderada em circunstâncias nas quais adolescentes se veem confrontados com conceitos previamente arraigados.

Palavras-chave: Adolescente. Bioética. Conhecimento. Desenvolvimento do adolescente. Gravidez na adolescência.

Resumen

Conocimiento y valoración de conceptos bioéticos entre adolescentes

Este artículo tiene como objetivo identificar el conocimiento y la valoración que los estudiantes de educación secundaria básica otorgan a conceptos bioéticos, como autonomía, justicia y respeto a la vida humana, entre otros. Se trata de un estudio cualitativo con análisis de contenido de datos recopilados en discusiones sobre la temática bioética, basadas en una situación-problema común a estos estudiantes: el embarazo en la adolescencia y el aborto. Participaron en la investigación 36 estudiantes de entre 14 y 16 años, 20 varones y 16 mujeres, de dos escuelas. Los códigos identificados fueron comunes a ambos grupos, siendo el tema principal: “¿realizar un aborto es correcto o incorrecto?”. También se identificaron 5 categorías y 14 subcategorías. El conocimiento sobre los conceptos bioéticos aplicados a la práctica fue limitado, y el uso de principios bioéticos como la autonomía y la beneficencia tiende a ser desestimado en circunstancias en las que los adolescentes se ven confrontados con conceptos previamente arraigados.

Palabras clave: Adolescente. Bioética. Conocimiento. Desarrollo del adolescente. Embarazo en adolescencia.

Abstract

Knowledge and valuation of bioethical concepts among adolescents

This article aims to identify the knowledge and the value attributed by middle school students to bioethical concepts such as autonomy, justice, and respect for human life, among others. This is a qualitative study using content analysis of data collected from discussions on bioethics based on a problem situation common to these students: teenage pregnancy and abortion. The study included 36 students aged 14 to 16 years, 20 males and 16 females, from two schools. The codes identified were common to both groups, with the main theme being: “Is having an abortion right or wrong?” Five categories and fourteen subcategories were also identified. Knowledge regarding the practical application of bioethical concepts was limited, and the use of bioethical principles such as autonomy and beneficence tends to be overlooked in situations where adolescents are confronted with previously ingrained beliefs.

Keywords: Adolescent. Bioethics. Knowledge. Adolescent development. Pregnancy in adolescence.

Declararam não haver conflito de interesse.

Aprovação CEP-CAAE 82615324.0.0000.5368

A bioética conceitualmente contempla pelo menos duas grandes perspectivas¹⁻⁴. Uma delas é voltada principalmente para pesquisas com seres humanos, muitas vezes chamada de principialista, já que pode ser condensada nos quatro grandes princípios bioéticos: autonomia, beneficência, justiça e não maleficência³. Outra, mais ampla, pode ser chamada de bioética global, uma vez que pretende abranger, mais do que os seres humanos, os seres vivos, bem como relacioná-los com o meio ambiente em que estão inseridos, sem desprezar os conceitos dos princípios bioéticos^{5,6}.

A bioética global torna-se mais importante à medida que ações e relações humanas impactam a sociedade e o meio ambiente em que vivemos com consequências definitivas e progressivas, as quais têm se apresentado de forma mais evidente neste século^{6,7}. A bioética global não pretende negligenciar os princípios bioéticos, mas a eles somar outros aspectos igualmente importantes, como tolerância, dignidade e respeito à vida humana e animal, sustentabilidade, responsabilidade, relacionamento interpessoal, educação e capacitação para o desenvolvimento pleno da sociedade, entre outros^{6,8,9}.

A formação ou deformação da consciência bioética do indivíduo ocorre ao longo da vida, assim como ocorre na aquisição de outros conceitos. É na infância e adolescência que esses valores são inicialmente apresentados. Entre os diferentes cenários em que essa iniciação pode ocorrer, a escola constitui ambiente privilegiado, onde, poderíamos dizer, coloca-se a sociedade na cabeça dos indivíduos¹⁰, no sentido de que constitui oportunidade única de discutir e debater diferentes conceitos de forma protegida, lúdica e livre de interesses secundários^{9,10-13}.

Os estudantes pertencentes a um mesmo ano apresentam semelhanças no que diz respeito a

idade, bem como a aspectos de conhecimento, e, embora sejam indivíduos diferentes, compartilham sentimentos e objetivos presentes e futuros¹⁴. Neste estudo, a proposta consistiu em investigar, por meio de pesquisa qualitativa, o conhecimento e o valor dado aos conceitos fundamentais da bioética por estudantes do ensino fundamental.

Método

Foi realizada abordagem qualitativa utilizando o método de análise de conteúdo¹⁵⁻¹⁷. Por meio dessa estratégia, valores e opiniões manifestas ou latentes foram extraídos das participações dos estudantes e depois codificados, abstraídos e categorizados em temas principais, categorias e subcategorias, sendo estes a base para identificar de que forma os participantes se manifestam em relação à temática discutida.

A discussão bioética foi motivada por uma atividade em sala de aula que consistia em uma situação-problema, especificamente gravidez na adolescência, comum à realidade desses estudantes. Após explicação e contextualização da situação proposta, foi solicitado que procurassem vivenciar a situação e que dissertassem sobre quais considerações e ações a mãe adolescente poderia ter, elaborando por fim respostas por escrito (Quadro 1).

Seguiu-se uma discussão mediada pelo professor, a qual foi gravada e transcrita. Após uma semana, o tema foi reabordado, as respostas previamente redigidas foram rememoradas e nova discussão foi realizada, a qual também foi gravada e transcrita. Esse procedimento foi realizado em duas escolas diferentes, que, embora pertencentes ao mesmo município, estão inseridas em comunidades com diferenças importantes no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Quadro 1. Situação apresentada

Laura é uma menina de 14 anos que vive em um bairro pobre, o qual sofre com problemas crônicos de violência, falta de saneamento básico e escassez de serviços públicos de qualidade. Laura mora em uma pequena casa com sua avó Marlene, sua mãe, Dona Marta, e três irmãos mais novos. Seu pai deixou a família quando Laura tinha apenas 5 anos, e desde então Dona Marta trabalha como empregada doméstica, ganhando um salário mínimo, que mal dá para cobrir as necessidades básicas da família. Laura é uma aluna dedicada e sonha em ser professora para ajudar a mudar a realidade de sua comunidade. Recentemente ela descobriu que está grávida. Seu namorado, Pedro, de 15 anos, mora no mesmo bairro e trabalha como ajudante de pedreiro. Ambos ficaram assustados com a notícia da gravidez. Laura está no 9º ano do ensino fundamental e planejava entrar no ensino médio no próximo ano, mas a gravidez inesperada coloca esses planos em risco. Dona Marta, ao saber da gravidez, ficou dividida. De um lado, ela quer apoiar Laura, mas também está preocupada com a dificuldade adicional que um bebê traria para a família já sobrecarregada. Na comunidade, o aborto é um tabu, e muitas mulheres recorrem a métodos clandestinos e perigosos para interromper a gravidez.

- 1) Posição do estudante: Qual é a sua decisão? Por que esta é a melhor decisão?
- 2) Apoio em fatos: Que fatos apoiam a sua decisão? Há informações em falta que poderiam ser usadas para tomar uma melhor decisão?
- 3) Interesses e pontos de vista dos outros: Quem será afetado pela decisão e como serão afetados?
- 4) Considerações éticas: Quais são as principais considerações éticas?
- 5) Avaliação de opções alternativas: Quais são os pontos fortes e fracos das soluções alternativas?

A análise das discussões transcritas permitiu a identificação de expressões e palavras essenciais relacionadas à temática em discussão e, assim, a criação de categorias de acordo com diferenças e semelhanças encontradas. Após a identificação de categorias, realizada de forma independente por dois pesquisadores, as transcrições foram revisitas três vezes, para que as categorias inicialmente identificadas fossem combinadas e desenvolvidas de modo a produzir a categorização final.

Buscou-se a fidedignidade dos achados pela aplicação de conceitos de credibilidade, confiabilidade, confirmação e possibilidade de transferência^{18,19}. Para tanto, foram utilizadas práticas como a revisão das categorias propostas pelos dois pesquisadores por um terceiro pesquisador, que não participou da categorização inicial e não sabia quais categorias pertenciam a cada escola. Para fins de confirmação, alguns trechos transcritos e as categorias geradas foram lidos pelo professor, na segunda abordagem, na intenção de observar a concordância ou não dos participantes quanto à manifestação inicial.

As transcrições foram realizadas de forma independente por dois pesquisadores, posteriormente comparadas e ajustadas. Havendo discordância, o terceiro pesquisador foi acionado. O processo de análise, portanto, evolui em passos: transcrição e apropriação do conteúdo, identificação de palavras-chave, categorização, desenvolvimento de tema, identificação de significados e

desenvolvimento de modelo conceitual. O software MAXQDA foi utilizado como ferramenta para organizar o andamento dos processos referidos.

Resultados

O processo de coleta de dados resultou em 36 folhas com respostas por escrito e quatro discussões em grupo que corresponderam a cerca de quatro horas e 20 minutos, resultando em 37 páginas de transcrição. Participaram do processo 36 estudantes com idade entre 14 e 16 anos, 20 homens e 16 mulheres (Tabela 1).

Tabela 1. Características demográficas dos estudantes

Idade (n=36)	
14	10
15	18
16	8
Gênero	
Masculino	20
Feminino	16

O processo de análise temática foi realizado de forma independente para cada grupo de estudantes, escola A e escola B, separadamente. A avaliação inicial levou à identificação de um total de

78 códigos, dos quais 71 eram comuns aos dois grupos, cinco pertenciam apenas ao grupo A e dois apenas ao grupo B. Uma segunda análise levou a uma redução para 47 códigos após a identificação de códigos semelhantes, sendo todos estes comuns aos dois grupos.

As subseqüentes revisões e agrupamentos conduziram finalmente à identificação de um tema principal, cinco categorias e 14 subcategorias (Tabela 2). O tema principal evidenciado foi: “Realizar um aborto é certo ou errado?”. Portanto, o tema principal, as categorias e subcategorias encontradas foram comuns aos dois grupos, ou seja, às duas escolas.

Tabela 2. Categorias extraídas

Tema: realizar um aborto é certo ou errado?	
Categorias	Subcategorias
Responsabilidade	Responsabilidade da gestante
	Responsabilidade da família
	Responsabilidade da escola
	Responsabilidade do governo
Consequências	Consequências para a gestante
	Consequências para a família
	Consequências para a comunidade
	Consequências para a criança que vai nascer
Orientação	Família
	Escola
Leis	Leis da sociedade
	Leis da igreja
Opinião	Não vou mudar de opinião
	Posso mudar de opinião

Realizar um aborto é certo ou errado?

Este tema foi o pano de fundo da maioria das manifestações dos estudantes. Alguns inicialmente limitaram-se a considerar que a realização de aborto é simplesmente errada e deve ser encarada como crime, sendo a gestante encarada como criminosa, independentemente de qualquer discussão a respeito do contexto pessoal ou familiar associados à gravidez (“Aborto é crime!”, “Abortar é errado e ela terá que pagar por isto”). De forma igualmente descontextualizada, mas também aparentando convicção, outros manifestaram opinião diametralmente oposta, porém igualmente não refletida, considerando que a prática do aborto

deve ser realizada sempre (“Sou a favor de todo tipo de aborto”, “Se ela quiser abortar, ninguém tem nada a ver com isso”).

Responsabilidade

A atribuição de responsabilidade à gestação adolescente foi diversas vezes mencionada, não apenas em relação à adolescente gestante, mas também a sua família, à escola e ao poder público. Em nenhum momento foi colocada a responsabilidade do pai como participante na geração da criança. De fato, para alguns, a responsabilidade real restará à mãe e a seu núcleo familiar: “Você [a gestante] tem que se responsabilizar pelo bebê”, “o filho é teu (...) agora você é que tem que criar”, “o filho é só da mãe”.

Orientação

Quanto à orientação, as falas reportam falta ou insuficiência de orientação sexual, imputando, em especial, à família dos adolescentes e, em menor medida, à comunidade, na figura da escola, crítica pois deveriam ter sido mais ativos na conscientização e educação sexual. Nesse aspecto, o pai aparece não como responsável, mas como vítima da ausência de orientação: “As pessoas deveriam ter orientação (...) Eu acho que compete muito aos pais”, “eu acho que este assunto deveria ser mais discutido nas escolas, nas famílias”, “tem um pouco na escola [orientação sexual], mas acho que é pouco”.

Leis

Foram recorrentes menções à legislação, assim como às leis “da igreja”. Não há dúvida entre os estudantes de que aborto é definitivamente errado e condenado do ponto de vista religioso. Quanto à legislação brasileira, os estudantes manifestaram a ideia simplificada de que aborto é crime, desconhecendo ou desconhecendo situações de aborto legal atuais.

Entre os estudantes que apoiaram e justificaram sua manifestação baseados nas leis “da igreja”, considerar a realização de aborto já constitui um pensamento errado, o qual deve ser combatido na sociedade: “se Deus me deu a oportunidade de ter um filho”, “isto é crime (...) ela vai ser presa”, “é um anjo (...) você está recusando um presente de Deus”, “seria errado, isto vai perseguir ela na mente”.

Opinião

A manifestação da opinião pessoal se deu, na maior parte das vezes, de forma emotiva e absolutista, frequentemente considerando o ponto de vista individual como única verdade possível. Ainda assim, alguns consideraram que o aprofundamento do tema bem como a existência de maior reflexão sobre o assunto poderiam levar a posicionamento diferente no futuro: *“talvez com mais fatos eu mudaria (...) de ideia”*.

A maioria tendeu a ter postura intransigente ao afirmar que não iria mudar de opinião, independentemente das circunstâncias e de seu posicionamento ser a favor ou contra o aborto. Quando se utilizou base religiosa, as manifestações se tornaram mais enérgicas e menos propensas a considerar opiniões diversas: *“Eu não mudaria de ideia [em relação ao aborto]”, “o que eu penso é isto”*.

Consequências

Quanto à percepção das consequências tanto da realização de aborto quanto do nascimento da criança, os estudantes dividiram-se novamente em polos antagônicos. Existem aqueles que consideram que haverá pouca ou nenhuma mudança, enquanto outros enxergam consequências em especial para a gestante e sua família e em alguma medida para a comunidade e para a criança que vai nascer: *“ninguém vai ser afetado [abortando]”, “Abortando vai continuar a vida normal de sempre”, “eu abandonaria [a criança]”, “a minha mãe não me queria, ela se incomoda comigo”*. Novamente, o futuro pai não foi mencionado.

Discussão

A discussão da temática bioética entre adolescentes não é conteúdo programático, ou seja, não está claramente incluída entre os objetivos determinados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)²⁰. Entretanto, não apenas os princípios e fundamentos da bioética, mas também conceitos de bioética ecológica ou global, estão claramente inseridos nos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e esses objetivos encontram-se entre as competências buscadas dentro dos PCN, de modo que se pode admitir que o

desenvolvimento e a discussão bioética não apenas são importantes como devem ser fomentados entre adolescentes pela escola^{2,6,7,21-23}.

Observou-se em pesquisas anteriores que, além do conhecimento bioético, experiência prévia e prática argumentativa são habilidades que devem ser desenvolvidas para permitir que estudantes se expressem de forma mais adequada e expressem seus respectivos pontos de vista de forma mais fidedigna⁴⁻²⁴.

Nesta pesquisa, utilizou-se uma situação hipotética, “gravidez na adolescência”, comum à realidade dos estudantes participantes, a fim de introduzir e desenvolver a discussão de princípios de bioética intrínsecos à vida desses estudantes, ainda que em regra tais princípios não se mostrem claros e definidos quando aplicados na prática^{25,26}.

Da mesma forma, a prática do debate envolvendo questões morais, aspectos de autonomia, respeito e dignidade da vida humana, as quais muitas vezes implicam pontos de vista diferentes e até antagônicos, exige o desenvolvimento do diálogo e, em especial, da capacidade de ouvir e compreender o outro como um igual, ainda que com ideias opostas. Também o desenvolvimento da capacidade de debater constitui-se ferramenta essencial para a aplicação da bioética^{3,6,27,28}.

No Brasil, atualmente há elevado número de gestações não planejadas, ou até mesmo do que pode ser classificado como gestações indesejadas, as quais são mais prevalentes em mulheres mais jovens, com menor renda e menor escolaridade; logo, a ocorrência de gravidez na adolescência é prevalente nas regiões com os piores índices de desenvolvimento²⁹⁻³¹.

Evidências apontam que famílias de menor renda tendem inicialmente a manifestar maior aceitação da gestação na adolescência, entretanto os maiores impactos tendem a ser sofridos pelas adolescentes dessas famílias, tanto no que se refere ao comprometimento do planejamento futuro, em especial educacional, quanto à manutenção da dependência financeira em relação à família^{32,33}.

Muitos estudantes não foram capazes de perceber ou mesmo não detêm o conhecimento a respeito das consequências advindas da situação. Alguns consideram-na normal, sem visualizar os prejuízos advindos dela, em especial para a mãe adolescente^{30,32}.

O que se propôs nesta abordagem não foi uma discussão a respeito da prática ou não do aborto, mas uma visão das possíveis e prováveis perspectivas dos adolescentes, futuros pais e principalmente mães, em um contexto de gestação indesejada.

Observou-se que, para alguns, a avaliação se deu de forma a considerar o aborto como possibilidade descartada, e a gestação como condição que deva ser levada ao nascimento sem nenhuma discussão, desconsiderando fatores de saúde para a mãe e para a futura criança. Nessa perspectiva, detecta-se pouca ou nenhuma valorização do conceito da autonomia da gestante, e mesmo a beneficência real envolvida na situação^{30,33}.

Independentemente da discussão a respeito da temática do aborto, buscou-se discutir as perspectivas acerca do impacto da vida da gestante/adolescente, e muitos estudantes não foram capazes de compreender isso, em parte por enxergar o tema como previamente definido, sem espaço para discussão, com base no princípio de que aborto não deve ser realizado em nenhuma circunstância^{34,35}.

Alguns, ao considerarem a opção pelo aborto, o fizeram dentro de sua perspectiva pessoal e, ao fazê-lo, agiram de forma também irrefletida, utilizando-se de conceitos preestabelecidos, com pouca ou nenhuma discussão a respeito de diferentes alternativas possíveis.

Por outro lado, parte dos estudantes considerou o aborto uma opção possível e interessante da perspectiva da gestante adolescente, menos por considerar que a gestante possa manifestar sua autonomia individual e mais por considerar a beneficência envolvida na situação não apenas para a mãe gestante, mas também para a família dela e mesmo para a futura criança.

Os estudantes distribuíram a responsabilidade pela gestação indesejada entre a gestante, os familiares desta, a escola e a comunidade, e chamou atenção a falta de menção ao pai como parte diretamente responsável. Esse fato corresponde à realidade observada, em que, nos casos de gestação adolescente, a mãe é mais prejudicada, seja com interrupção da formação escolar, obtenção de piores empregos, perda do convívio com seu grupo de amigos, pressão familiar, entre outros³⁴⁻³⁶.

Deve-se considerar ainda que, no caso de aborto como opção “terapêutica”, a decisão pelo uso ou recusa dessa opção se dá sob a perspectiva

de decisão clínica envolvendo paciente “incapaz legalmente”; logo a participação dos pais ou responsáveis passa a ser fator dentro do processo decisório, em uma perspectiva dos direitos do adolescente³⁷⁻⁴⁰. É evidente que a gestação não é doença nem o aborto é tratamento, uma vez que tanto a gestação adolescente quanto o abortamento trazem riscos reais e, portanto, devem ser considerados com a devida atenção.

Nessa perspectiva, outro aspecto fundamental que deve ser considerado é a capacidade decisória do adolescente, seja para aceitar, seja para recusar um procedimento proposto. Esse propalado poder de escolha deve ser considerado dentro das reais perspectivas da capacidade decisória dessa adolescente e, assim, levar em conta as inerentes pressões familiares e da sociedade em que está inserida e que a capacidade de aceitação ou recusa pode não ser a mesma para todas as adolescentes de mesma idade^{37,41-47}.

A proposta aqui apresentada revela-se particularmente ainda mais oportuna, pois, muito mais do que o debate de um único tema, gravidez e aborto, o que se vislumbra é o fato de que o ensino e o desenvolvimento de competências bioéticas constituem ferramentas importantes no empoderamento do adolescente, com consequente crescimento de sua capacidade decisória baseada em conhecimentos, e não na opinião de terceiros^{37,46,48,49}.

Além dos princípios bioéticos que naturalmente estão envolvidos, estarão relacionados aspectos morais inerentes ao cotidiano das pessoas. O que o adolescente considera moralmente correto, em sua perspectiva pessoal, tem maior chance de ser aceito como solução aceitável ante o problema apresentado^{50,51}. Em outras palavras, a moral reflete a realidade prática da vida das pessoas. O que se pretende buscar com a bioética é a reflexão sobre as motivações dessas ações, suas consequências e implicações, não só na esfera pessoal, individual, mas também e principalmente em termos da sociedade e do meio ambiente em que as pessoas estão inseridas^{1,52,53}.

Tal esforço mostrou-se claramente necessário nesse grupo de estudantes, em que se observou que, diante de uma situação comum e reconhecível, na qual existem caminhos opostos a serem seguidos, a maioria não se mostrou capaz de considerar como aceitável uma opinião diversa

da sua e, ainda pior, não demonstrou interesse em conhecer os motivos que podem levar a escolhas diferentes, mas, ao contrário, procurou fortalecer seus próprios pontos de vista.

Considerações finais

Embora tenha limitações inerentes à metodologia utilizada e à quantidade de participantes, a pesquisa permitiu inferir claramente que o conhecimento a respeito de conceitos bioéticos aplicados à prática foi limitado e, principalmente, que a utilização de princípios bioéticos como autonomia e beneficência tende a ser desconsiderada em circunstâncias em que os adolescentes se veem confrontados com conceitos prévios que estão fortemente consolidados.

Também, o debate de ideias, parte fundamental do ensino e aprendizagem da temática bioética, sendo tão ou mais importante que a discussão dos

princípios bioéticos, não ocorreu naturalmente, dada a tendência entre os adolescentes de buscar a concordância do outro pela imposição da própria opinião.

Não se pode avançar na discussão da autonomia, beneficência ou justiça sem estar aberto a perceber o mundo com os olhos do outro e sem ter a disposição para considerar que circunstâncias impostas pela vida em sociedade conduzem algumas pessoas a escolhas ruins, ou mesmo injustificadas, sob determinados aspectos.

A adolescência constitui momento especialmente frágil, porém também profícuo, em que o esforço no desenvolvimento de habilidades de tolerância, respeito à dignidade humana e capacidade de empatia ao próximo pode ser praticado e estimulado. Esses predicados, que são inerentes a uma convivência harmoniosa em sociedade e muitas vezes faltam ao mundo dos adultos, também estão fragilizados nesses adolescentes, fato que justifica nossos esforços em buscá-los.

Referências

1. Engelhardt HT. Fundamentos da bioética. 4ª ed. São Paulo: Loyola; 2008.
2. Potter VR. Bioética global: construindo a partir do legado de Leopold. São Paulo: Loyola; 1998.
3. Beauchamp T, Childress J. Principles of biomedical ethics. 7ª ed. Oxford: Oxford University Press; 2013.
4. Garrafa V, Martorell LB, Nascimento WF. Críticas ao princípalismo em bioética: perspectivas desde o norte e desde o sul. Saude e Soc [Internet]. 2016 [acesso 15 abr 2026];25(2):442-51. DOI: 10.1590/S0104-12902016150801
5. Potter VR, Lisa P. Global Bioethics: Converting sustainable development to global survival. Glob Bioeth [Internet]. 2001 [acesso 15 abr 2026];14(4):9-17. DOI: 10.1080/11287462.2001.10800809
6. Potter VR. Bioética: ponte para o futuro. São Paulo: Loyola; 2016.
7. Você conhece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? [Internet]. Brasília: Nações Unidas Brasil; 24 out 2023 [acesso 15 abr 2026]. Disponível: <https://bit.ly/4d3oD9p>
8. Nunes R, Duarte I, Santos C, Rego G. Education for values and bioethics. Springerplus [Internet]. 2015 [acesso 15 abr 2026];4(45):1-9. DOI: 10.1186/s40064-015-0815-z
9. Morin E. O método 6: ética. Porto Alegre: Sulina; 2011.
10. Durkheim E. Sociologia e filosofia. São Paulo: Edipro; 2015.
11. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (destaques) [Internet]. Brasília: Unesco; 2010 [acesso 15 abr 2026]. Disponível: <https://bit.ly/3QQvb3Z>
12. Fischer ML, Cunha TR, Lummertz TB, Maartins GZ. Camino del diálogo II: la ampliación de la experiencia bioética para la enseñanza secundaria. Rev bioét (Impr.) [Internet]. 2020 [acesso 15 abr 2026];28(1):47-57. DOI: 10.1590/1983-80422020281366
13. Fischer ML, Martins GZ, organizadores. O caminho do diálogo: proporcionando a vivência da bioética no ensino fundamental [Internet]. Brasília: CFM; 2017 [acesso 15 abr 2026]. Disponível: <https://bit.ly/3RjZosg>

14. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Terra e Paz; 2006.
15. Mack N, Woodsong C, MacQueen KM, Guest G, Namey E. *Qualitative research methods: a data collector's field guide* [Internet]. North Carolina: FHI 360; 2005 [acesso 15 abr 2026]. Disponível: <https://tinyurl.com/kmsxuhd3>
16. Bardin L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedina; 2011.
17. Morgan H. Conducting a qualitative document analysis. *Qual Rep* [Internet]. 2021 [acesso 15 abr 2026];27:65-77. Disponível: <https://bit.ly/4n9lfP7>
18. Tracy SJ. Qualitative quality: Eight a "big-tent" criteria for excellent qualitative research. *Qual Inq* [Internet]. 2010 [acesso 15 abr 2026];16(10):837-51. DOI: 10.1177/1077800410383121
19. Naeem M, Ozuem W, Howell K, Ranfagni S. A step-by-step processo f thematic analysis to develop a conceptual model in qualitative research. *Int J Qual Methods* [Internet]. 2023 [acesso 15 abr 2026];22(10):1-18. DOI: 10.1177/16094069231205789
20. Brasil. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio* [Internet]. Brasília: MEC; 2000 [acesso 15 abr 2026]. Disponível: <https://bit.ly/4unOeRx>
21. Enns C, Renk VE. Relevância dos conhecimentos da bioética para a educação básica brasileira. *Rev bioét (Impr.)* [Internet]. 2025 [acesso 16 maio 2025];33:1-12. DOI: 10.1590/1983-803420253841PT
22. Hossne WS, Pessini L. Dos referenciais da bioética: a espiritualidade. *Rev Bioethikos* [Internet]. 2014 [acesso 15 abr 2026];8(1):11-30. DOI: 10.15343/1981-8254.20140801011030
23. Fischer ML, Cunha TR, Roth ME, Martins GZ. O caminho do diálogo: uma experiência bioética no ensino fundamental. *Rev bioét (Impr.)* [Internet]. 2017 [acesso 15 abr 2026];25(1):89-100. DOI: 10.1590/1983-80422017251170
24. Sadler TD. Informal reasoning regarding socioscientific issues: a critical review of research. *J Res Sci Teach* [Internet]. 2004 [acesso 15 abr 2026];41(5):513-36. DOI: 10.1002/tea.20009
25. Reis GB, Souza MA, Andrade GN, Malta DC, Machado IE, Felisbino-Mendes MS. Supervisão dos pais e comportamento sexual entre adolescentes brasileiros. *Rev Bras Epidemiol* [Internet]. 2023 [acesso 15 abr 2026];26(supl 1):1-9. DOI: 10.1590/1980-549720230013.supl.1.1
26. Tamashiro LMC, Fonseca LMM. Desenvolvimento de serious game para aprendizagem sobre sexo seguro e contracepção na adolescência. *Rev Lat Am Enfermagem* [Internet]. 2024 [acesso 15 abr 2026];32. DOI: 10.1590/1518-8345.7036.4182
27. Ike CG, Anderson N. A proposal for teaching bioethics in high-school using appropriate visual education tools. *Philos Ethics Humanit Med* [Internet]. 2018 [acesso 15 abr 2026];13(1):1-5. DOI: 10.1186/s13010-018-0064-1
28. Kummuanek O, Aranyawat U, Pongsopon P. Study of students' moral reasoning on modern biotechnonology applications using bioethics for informed decision modules. *J Turkish Sci Educ* [Internet]. 2022 [acesso 15 abr 2026];19(2):511-24. DOI: 10.36681/tused.2022.134
29. Fernandes CM, Conceição GM, Silva ZP, Nampo FK, Neto FC. Socioeconomic factors increase the risk of teenage pregnancy: spatial and temporal analysis in a Brazilian municipality. *Rev Bras Epidemiol* [Internet]. 2024 [acesso 15 abr 2026];27:1-9. DOI: 10.1590/1980-549720240040
30. Lelis CF, Prietsch SOM, Cesar JA. Gravidez não planejada no extremo sul do Brasil: prevalência, tendência e fatores associados. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2024. [acesso 15 abr 2026];29(5):40-9. DOI: 10.1590/S0102-311X2011001000004
31. Mussel A, Santos D. Autonomia na escolha pela contracepção: visão histórica. *Rev bioét (Impr.)* [Internet]. 2025 [acesso 15 abr 2026];33:1-9. DOI: 10.1590/1983-803420253781PT
32. Taborda JA, Silva FC, Ulbricht L, Neves EB. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. *Cad saúde colet* [Internet]. 2014 [acesso 15 abr 2026];22(1):16-24. Disponível: <https://bit.ly/4unOlwr>
33. Carvalho DP. "Aquela pequena vírgula é meu filho!": a experiência da gravidez na adolescência. *New Trends in Qual Res* [Internet]. 2021 [acesso 15 abr 2026];9:190-7. DOI: 10.36367/ntqr.9.2021.190-197

34. Mann ES, Cardona V, Gómez CA. Beyond the discourse of reproductive choice: narratives of pregnancy resolution among Latina/o teenage parents. *Cult Heal Sex* [Internet]. 2015 [acesso 15 abr 2026];17(9):1090-104. DOI: 10.1080/13691058.2015.1038853
35. Ekstrand M, Tyden T, Darj E, Larsson M. An Illusion of power: qualitative perspectives on abortion decision: making among teenage women in Sweden. *Perspect Sex Reprod Health* [Internet]. 2009 [acesso 15 abr 2026];41(3):173-80. DOI: 10.1363/4117309
36. Pillary N. Challenging discourses of teenage pregnancy: South Africa in Global perspective. *Social Compass* [Internet]. 2025 [acesso 15 abr 2026];19(4):1-11. DOI: 10.1111/soc4.70056
37. Martins GH, Eler K, Albuquerque A, Nunes R. Is the capacity to consent different from the capacity to refuse treatments and procedures in adolescence? *J Pediatr* [Internet]. 2025 [acesso 15 abr 2026];101(4):501-10. DOI: 10.1016/j.jpmed.2025.04.004
38. United Nations. Convention on the rights of children [Internet]. New York: United Nations; 1989 [acesso 15 abr 2026]. Disponível: <https://bit.ly/4tQK30K>
39. Herring J. Vulnerability and children's rights. *Int J Semiot Law* [Internet]. 2023 [acesso 15 abr 2026];36(4):1509-27. DOI: 10.1007/s11196-022-09951-0
40. Daly A. Assessing children's capacity reconceptualising our understanding through the UN convention on the rights of the child. *Int J Child Rights* [Internet]. 2020 [acesso 15 abr 2026];28:471-99. DOI: 10.1163/15718182-02803011
41. Bart A, Hall G, Gilliam L. Gillick competence: an inadequate guide to the ethics of involving adolescents in decision-making. *J Med Ethics* [Internet]. 2023 [acesso 15 abr 2026];50:157-62. DOI: 10.1136/jme-2023-108930
42. Auckland C. Authenticity and identity in adolescent decision-making. *Mod Law Rev* [Internet]. 2024 [acesso 15 abr 2026];87(2):245-79. DOI: 10.1111/1468-2230.12834
43. Parmigiani G, Benevento M, Solarino B, Margari A, Ferorelli D, Buongiorno L et al. Decisional capacity to consent to treatment in children and adolescents: a systematic review. *Psychiatry Res* [Internet]. 2025 [acesso 15 abr 2026];344. DOI: 10.1016/j.psychres.2024.116343
44. Garanito MP, Zaher-Rutherford VL. Adolescent patients and the clinical decision about their health. *Rev Paul Pediatr* [Internet]. 2019 [acesso 15 abr 2026];37:503-9. DOI: 10.1590/1984-0462/2019/37/4/00011
45. Gairi-Burgues MA, Esquerda-Arestes M, Pifarré-Paredero J, Miquel-Fernandez E, Solé-Mir E. Evaluacion del madurez del menor em el ambito sanitario: la perspectiva de padres y pediatras. *Pediatr Aten Prim* [Internet]. 2023 [acesso 15 abr 2026];25(97):13-9. Disponível: <https://bit.ly/49vCJiX>
46. Baltag V, Takeuchi Y, Guthold R, Ambresin A. Assessing and supporting adolescents' capacity for autonomus decision-making in health-care settings: new guidance from the World Health Organization. *J Adolesc Healt* [Internet]. 2022 [acesso 15 abr 2026];71:10-3. DOI: 10.1016/j.jadohealth.2022.04.005
47. Hall EM. The mature minor doctrine: the ethical dilemma of respecting adolescents right to refuse care [dissertação] [Internet]. Philadelphia: Temple University; 2022 [acesso 15 abr 2026]. DOI: 10.34944/dspace/7729
48. Eller K. Capacidade jurídica da criança e do adolescente na saúde. Rio de Janeiro: Lúmen Juris; 2020.
49. Assessing and suporting adolescent capacity for autonomus decision-making in health care settings: a tool for health care providers [Internet]. Geneva: WHO; 2021 [acesso 15 abr 2026]. Disponível: <https://bit.ly/4tSC4k0>
50. Vasquez AS. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
51. Rios TA. Ética e competência. São Paulo: Cortez; 2001.
52. DeMarco JP. Competence and paternalism. *Bioethics* [Internet]. 2002 [acesso 15 abr 2026];16(3):231-45. DOI: 10.1111/1467-8519.00283
53. Gracia D, Jarabo Y, Espildora NM, Rios J. Toma de decisiones en el paciente menor. *Med Clin* [Internet]. 2001 [acesso 15 abr 2026];117:179-90. DOI: 10.1016/S0025-7753(01)72054-4

Alexandre Faraco de Oliveira – Doutorando – afaraco@gmail.com

 0000-0003-3940-5091

Evelise Faraco de Oliveira – Doutora – evelise.oliveira@educacaolages.sc.gov.br

 0000-0002-1513-6838

Ivone Duarte – Doutora – iduarte@med.up.pt

 0000-0002-5160-7043

Rui Nunes – Doutor – ruinunes@med.up.pt

 0000-0002-1377-9899

Correspondência

Alexandre Faraco de Oliveira – Av. Marechal Deodoro, 865, Sala 3, Centro, CEP 88501-001. Lages/SC, Brasil.

Contribuições dos autores

Alexandre Faraco de Oliveira: concepção do estudo; elaboração da metodologia; coleta e análise dos dados; redação do manuscrito. Evelise Faraco de Oliveira: concepção do estudo; elaboração da metodologia; coleta e análise dos dados; redação do manuscrito. Ivone Duarte: concepção do estudo; elaboração da metodologia. Rui Nunes: concepção do estudo; elaboração da metodologia.

Disponibilidade de dados: Todos os dados utilizados ou gerados na pesquisa estão integralmente descritos e apresentados no corpo do artigo.

Editores responsáveis: Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro

Recebido: 6.7.2025

Revisado: 18.12.2025

Aprovado: 26.3.2026